



Profissionais e amadores: uma abordagem teórica das virtudes, disputas éticas e confluências de valores no jornalismo

Dairan Paul¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Rogério Christofolletti²

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: A convivência entre jornalistas profissionais e amadores que atuam ocasionalmente na área está longe de ser pacífica e bem assimilada. Embora as redações tenham se convencido de que não podem mais produzir noticiário ignorando a geração de conteúdos por terceiros, as organizações jornalísticas criaram formas e níveis de participação dos amadores. Mas a definição desses papéis precisa enfrentar debates no campo da ética jornalística, enaltecendo valores e princípios, estabelecendo deveres, alertando para condutas de risco e retroalimentando um ambiente de reflexão permanente sobre a prática. Este artigo retoma o tema aristotélico da ética das virtudes, atualizando os debates que atravessam o jornalismo contemporâneo com destaque sobre como se aproximam, colidem e se distanciam os valores de profissionais e amadores.

Palavras-chave: deontologia jornalística; boas práticas; virtudes; valores éticos; pro-am.

Há exatos dez anos, Jay Rosen diagnosticava uma questão relevante para os jornalistas e sua atividade cotidiana. Embora parecesse um problema vernacular – como vamos denominar aqueles que antes chamávamos de público? -, não se pode mais ignorar que as ondas de impacto se espraiam para além da dimensão dos nomes que damos

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (POSJOR/UFSC) e pesquisador do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS).

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (POSJOR/UFSC), pesquisador do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS) e do CNPq.

às coisas. Isto é, se bastasse apenas encontrarmos um termo que desse conta de definir “as pessoas que antes chamávamos de audiência”, teríamos resolvido a pendência.

O fato é que a corrosão acelerada do balcão que separou por décadas os produtores dos consumidores de informação abarca também aspectos mais sensíveis como expectativas, atribuições, papéis, limites e prerrogativas desses sujeitos. Isto é: pode-se esperar que amadores que pratiquem jornalismo tenham as mesmas preocupações e cuidados técnicos, estéticos e éticos que seus predecessores, os profissionais? Se considerarmos que esses conteúdos amadores não apenas emulam, mas dialoguem com o jornalismo, devemos cobrar de seus produtores a mesma responsabilidade dos profissionais?

Se estamos na órbita do conceito de “responsabilidade”, é esperado que tratemos a situação por um prisma ético-moral. Há um incontornável choque de culturas, conforme alertam Hermida & Thurman (2008) na análise da conjuntura britânica, mas que pode se estender a realidades diversas. Mas não se pode ignorar o aumento da participação dos amadores em coberturas cotidianas e na alimentação do noticiário. Tal reconhecimento parte da disposição informal de repórteres de se associarem a “civis”, de programas de cooperação formal (que apostam no “jornalismo participativo-cívico-cidadão”) e até mesmo de instituições reguladoras, como a Federal Communications Commission (2011), que lançou há meia década um alentado estudo em que enaltece formas colaborativas de produção informativa.

No contexto dos Estados Unidos, onde a liberdade é o pano de fundo das ações individuais e uma das principais diretivas para as formas de organização social, esse reconhecimento do amador alcança um patamar que transcende a mera flexibilidade. Stearns (2013) recorre ao que chama de “atos de jornalismo”, concepção ampla e dinâmica que se refere a gestos e ações que orbitam a esfera jornalística e que, por isso, deveriam ser também respeitadas e contempladas pelas garantias que goza o jornalismo profissional. O objetivo do autor é estender a proteção jurídica àqueles que cometem atos que se assemelham ao jornalismo e que foram provocados por interesses públicos.

Embora a noção de “atos de jornalismo” careça de mais aprofundamento e de oportunas problematizações, vamos tomá-la como um plano de partida das discussões que queremos empreender a seguir. Nossas preocupações dizem respeito à escassez das reflexões sobre que valores e que ética se pode esperar e cobrar de amadores em contex-

tos de produção jornalística, e como as decantadas virtudes profissionais podem se aproximar e contribuir para esse novo panorama.

1. Virtudes e boas práticas

Ao retomar em parte a tradição aristotélica, MacIntyre (2001) tem por objetivo fundamentar o conceito de “virtude”, esvaziado e relativizado ao longo da tradição moral no Ocidente. O autor reivindica que a noção de “bem comum” – a *eudaimonia* ou “florescimento humano”, em Aristóteles – deve ser entendida como algo público, e não privado. Ou seja, o *telos* aristotélico, a sua finalidade, é orientada não para o indivíduo, mas àquilo que é bom para o homem e sua comunidade, visando realizar um projeto comum. Para MacIntyre (*op. cit.*), essa teoria pode ser estranha aos nossos olhos atuais, devido à ênfase no individualismo das sociedades liberais modernas. Não é à toa, diz o autor, que a amizade – outrora uma virtude em Aristóteles, voltada para o florescimento da *pólis* – é reduzida ao diâmetro privado e ao âmbito afetivo, excluindo suas dimensões políticas e sociais.

Apesar de se inspirar na ética aristotélica, MacIntyre critica a falta de conteúdo da *eudaimonia* – trata-se de um “bem maior”, mas fundamentado em quais critérios? O autor ressalta que não basta entendermos as virtudes como meros fins para o bem-estar e para a chamada “vida boa”: é necessário levarmos em conta os conflitos que se estabelecem entre crenças contrárias a partir de sua história cultural.

Tendo em vista a busca por um conceito substantivado e não-relativista para as virtudes, MacIntyre propõe três estágios para o desenvolvimento delas. As práticas (1) são o exercício das virtudes no nível individual. A unidade narrativa da vida humana (2), por sua vez, contextualiza as práticas através de um referencial histórico que as direciona para a *eudaimonia*. Por fim, a tradição (3) molda o sentido do estágio anterior, inserindo as práticas contextualizadas em um sistema moral.

Vamos nos deter nas práticas devido à relação que elas carregam com o jornalismo, o que é retomado posteriormente por Sandra Borden (2007). Em suma, práticas – que podem ser exemplificadas como um jogo de futebol, uma partida de xadrez ou mesmo o processo do fazer jornalístico – são atividades humanas que visam bens internos e externos. Não se trata apenas de um conjunto de técnicas; há, também, a exigência

de aceitar normas e submeter-se a um padrão de excelência. Assim, reúne fazeres e seus entornos, que se materializam em saberes e regramentos que foram aceitos, sedimentados e estão em contínuo processamento.

A virtude é um insumo necessário para que se alcance os bens internos que MacIntyre menciona. Eles são intrínsecos à própria prática e surgem como “consequência da competição pela excelência” (*op. cit.*, p. 321). Há uma ressalva, no entanto: bens internos devem ser bons para uma comunidade. Já os bens externos podem ser obtidos por outros meios que não somente a prática; são entendidos como uma posse do indivíduo e não exigem virtudes. Vejamos como o jornalismo se encaixa nesse raciocínio: para que uma reportagem investigativa obtenha êxito, são necessárias virtudes como a coragem, a curiosidade, o rigor de apuração e o apreço pela verdade. O empreendimento da reportagem em si e a consequência dessa prática permite alcançar bens internos – um deles é a “descoberta”, ou seja, encontrar algo e torná-lo conhecido. Por outro lado, exercer essa prática jornalística ambicionando primeiramente bens externos, como prestígio, fama e riqueza, pode acarretar desvios éticos, como o uso de declarações falsas para atribuir maior impacto à reportagem, a manipulação e a distorção das informações.

Essa relação tênue entre os bens de natureza distinta ocorre porque as práticas estão abrigadas dentro de instituições – ou seja, estruturas sociais como o Estado, organizações jornalísticas, ou mesmo um clube de xadrez. Responsáveis pelos bens externos, as instituições podem corromper virtudes oferecendo recompensas que envolvem ganhos materiais, poderes e status.

A partir dos conceitos de MacIntyre, Borden (2007, p. 31) considera que há diferentes implicações para o jornalismo de acordo com o *telos* que lhe é desejado. Uma prática que aspira obter o máximo de lucro possível é diferente de outra orientada para a produção de conhecimento, por exemplo.

Borden, portanto, propõe o seu próprio *telos* para o jornalismo, contemplando cinco dimensões: 1) intelectual, que contribui para o “florescimento humano”; 2) cívica, que se manifesta em ter um compromisso com o bem comum; 3) criativa, de maneira que se entenda que a reportagem deve ser a essência de sua atividade; 4) política, que se desdobra na atuação do jornalista como “guardião” da esfera pública; 5) ocupacional, que se traduz no jornalista se sustentando com sua atividade profissional. A respeito

dos bens internos do jornalismo, Borden cita outros cinco: conhecimento, investigação, descoberta, originalidade e novidade. Alguns desses bens são similares aos de outras práticas, como a dos cientistas e historiadores, por se tratarem de atividades intelectuais. Para Borden, ao assumir um compromisso de investigar e verificar uma verdade, o jornalismo passa a ter uma “responsabilidade epistêmica” perante seu público, o que lhe confere certo status autoritário. Não é à toa que para diversas camadas sociais, o jornalista assuma um papel de “dono da verdade”, de revelador de atividades escusas e ocultas, de sinalizador dos caminhos que a sociedade deva percorrer.

Popescu (2013) também cita a responsabilidade epistêmica do jornalista como um grande domínio intelectual que abrange “subvirtudes” - o ceticismo diante das fontes, a modéstia para corrigir eventuais erros, a transparência de suas ações para com o público, e a checagem exaustiva das informações. Todas essas preocupações estariam orientadas para o interesse de um bem comum – saber - e culminariam naquela que seria a maior das virtudes intelectuais para Aristóteles: a *phronêsis*, que significa o “bom julgamento”. Os elos que se prendem a essa corrente também se refletem no argumento que ajuda a justificar a finalidade social do jornalismo: esta atividade só tem razão de ser na medida em que satisfaz uma necessidade, a de permitir saber mais e julgar melhor. Assim, nas sociedades democráticas, os produtos e serviços oferecidos pelo jornalismo oferecem melhores condições para o cidadão comum compreender sua realidade e tomar decisões, sejam elas mais ordinárias – que caminho se deve tomar para voltar para casa se há obras decorrentes das Olimpíadas na cidade? - ou mais complexas – quem deve assumir a presidência da República se o atual mandatário é ilegítimo? O jornalismo tem razões que apontam para o exterior.

Para Popescu (*op. cit.*), enfatizar as virtudes intelectuais do jornalismo é melhorar sua qualidade e elevá-lo a um patamar mais alto de profissionalização. Christofoletti (2012, p. 105) também ressalta que, a despeito do seu aprendizado técnico, virtudes morais são importantes na formação de futuros profissionais – “jornalistas virtuosos têm mais condições de fazer um jornalismo virtuoso”. Com isso, quer-se enfatizar que o jornalismo não se reduz a um punhado de comandos técnicos, macetes e dicas para se fazer algo. Valores gravitam em torno de ações e decisões precisam ser tomadas cotidianamente, mobilizando sujeitos e instituições, suas normatividades e injunções.

É importante ressaltarmos que a ética das virtudes não se pretende uma teoria moral totalizante, mas que pode ser complementada por outras abordagens (MACINTYRE, 2001). Logo, compreender o jornalismo a partir dessa perspectiva não implica focar apenas nas “virtudes internas” dos profissionais – confinadas às suas configurações pessoais - e rejeitar regulações exteriores, como códigos deontológicos³ (QUINN, 2007). Trata-se, para além disso, de expressar o jornalismo positivamente e reforçar seus valores éticos (ADAM; CRAFT; COHEN, 2004; CHRISTOFOLETTI, 2012). Silva e Paulino (2008), por exemplo, indagam por que sistemas de crítica e acompanhamento da mídia, como os observatórios de imprensa, não se ocupam de destacar “boas práticas” do jornalismo. Vanacker & Breslin (2005), Steiner & Okrusch (2005), e Camponez (2014), por exemplo, concentram seus esforços para enaltecer o “cuidado” como uma virtude de base para o jornalismo.

Nossa escolha teórica pretende ressaltar as virtudes que permeiam a prática jornalística, tendo em vista que, em meio à profusão de amadores e pessoas engajadas em atos de jornalismo, “aspectos da técnica podem hoje ser menos fundamentais que o conjunto de valores que ajudam a sustentar uma identidade profissional, um *ethos*” (CHRISTOFOLETTI, 2011b, p. 26). Em consonância com o quadro teórico que já apresentamos, considerar o jornalismo como uma prática, no conceito empregado por MacIntyre, implica aceitar normas e padrões de qualidade. Como esclarece Borden, não se trata apenas de compartilhar informações com um público interessado, mas fazer parte de um compromisso que envolve virtudes e deveres: “se você não aceita os padrões de excelência que foram estabelecidos para o jornalismo, ou você não é um jornalista ou você é um jornalista ruim” (BORDEN, 2007, p. 22). Pensar o jornalismo a partir de suas virtudes é ressaltar, fundamentalmente, o papel ético que ainda sustenta a profissão.

2. Movimentos de expansão

³ Ainda que existam códigos jornalísticos de inspiração aristotélica, como o do estado de Oregon, nos Estados Unidos. De acordo com Bivins (2014), o documento, criado em 1922, enfatiza um *telos* para o jornalismo e traz um conjunto de virtudes a serem adotadas pelos profissionais, como sinceridade, cuidado, compaixão e justiça. Códigos de outros países, como o Japão, são igualmente generalistas, fator que o descola do cotidiano profissional e dificulta sua aplicabilidade prática. Para um périplo global através desses regramentos ético-profissionais, ver os dois volumes da Coleção objETHOS de Códigos Deontológicos, disponíveis em objethos.wordpress.com

Outros pesquisadores também partem de abordagens neoaristotélicas para repensar novas frentes para a ética jornalística. É o caso de Christians (2010), que está preocupado em definir o que significa o “bem”, no sentido do florescimento humano que MacIntyre (2001) e Borden (2007) assumem. Para fundamentar esse conceito, o autor conjuga virtudes com normas, a fim de criar bases mínimas que permitam criticar práticas e não torná-las arbitrárias. Daí a sugestão de uma ética universal, orientada para a vida como valor máximo, e pautada em três princípios: dignidade humana, verdade e não-violência. Para Christians (*op. cit.*), mediar conflitos entre pessoas, nações e comunidades requer bases que não solucionem apenas problemas particulares. É necessário, portanto, uma ética que seja minimamente transnacional.

Na mesma direção, Herrscher (2002) e Strentz (2002) também podem ser considerados universalistas no que tange à definição de estândares comuns e estendíveis aos jornalistas das mais variadas geografias e condições.

Couldry (2010) também defende uma abordagem global da ética de mídia. Para dar conta desse amplo escopo, que inclui diversidades religiosas, políticas e culturais, o autor propõe criarmos um consenso de premissas mínimas necessárias para responder à seguinte pergunta: como podemos viver bem, em conjunto, com a ajuda da mídia? A resposta estaria na tradição aristotélica que toma as virtudes como referência para o nosso agir bem. O que se sobressai na abordagem desse autor é o papel de peso relegado à mídia: ela não apenas nos importa, como também pode envolver a todos, em potencial. Segundo Couldry (*op. cit.*), a divisão entre produtores e consumidores de mídia está cada vez mais aberta, o que implica, também, no alargamento das fronteiras éticas. Profissionais ou não, quem se engaja em produções midiáticas deve se preocupar em agir eticamente.

Também seguindo uma abordagem aristotélica, Ward (2015) assinala a passagem de uma ética pré-digital para uma ética de mídia digital. No primeiro caso, a questão de fundo se referia a quais eram os direitos e as necessidades de jornalistas, publicitários e proprietários de empresas de comunicação. Influente ainda hoje, essa ética foi criada e direcionada para profissionais. O segundo contexto é marcado pela globalização da mídia e impacta a sua produção, que passa a envolver com mais facilidade pessoas de diversos países, blogueiros, cidadãos, etc. O autor sugere que a pergunta a ser

feita agora é “que tipo de mídia queremos?”. A ética, em um nível mais amplo, pertence ao público, e não ao jornalista. Assim como Couldry (2010), Ward (2015) também entende que não-jornalistas devem ter preocupações éticas quando se engajam em atos de jornalismo⁴.

A presença de amadores na produção jornalística não foi sentida sem a resistência dos profissionais, lembra Singer (2014). Nos anos 1990, jornalistas criticavam blogueiros por não precisarem prestar contas do que publicavam, uma vez que não possuíam códigos deontológicos. Para demarcar posição frente aos amadores, profissionais recorriam ao âmbito moral: consideravam que os donos de blogs eram pessoas pouco confiáveis, excessivamente opinativas e exibicionistas. A ética, então, funcionava como discurso legitimador do jornalista.

No contexto da Romênia, Popescu (2013) observa que blogueiros exercem uma função similar a de comitês éticos, fiscalizando a conduta de jornais e de políticos que manipulam meios de comunicação. O autor é otimista a respeito do papel de *ombudsmen* exercido pelos amadores, sugerindo que há um aumento qualitativo na cobertura jornalística do país. Nesse sentido, a presença dos novos atores pode reordenar a natureza jornalística e, por vezes, motivar uma autocrítica dos grandes veículos. Donos de blogs e páginas no Facebook, membros de coletivos de jornalismo amador, tuiteiros, dentre outros, também tendem a imitar certas regras jornalísticas “em situações-limite”, possivelmente com a intenção de obter credibilidade e expandir seu alcance e influência (KARAM e CHRISTOFOLETTI, 2011, p. 93). No entanto, para além de mimetizar técnicas de escrita, uma questão se impõe: amadores são movidos por valores éticos semelhantes aos do jornalismo?

Em certa medida, a ética jornalística já sofre influência de diversas culturas externas à sua, entre as quais a *hacker*. Os valores desse grupo incluem autodidatismo, colaboração, liberdade e solidariedade, opondo-se à ética protestante de Weber, que dá base ao capitalismo (HIMANEN, 2002). Há, também, certa aproximação com a virtude aristotélica, uma vez que *hackers* trabalham juntos em prol de um projeto comum, orientados por um *telos* que beneficia a comunidade de que fazem parte. Em relação às práticas jornalísticas, Foletto (2014) observa contribuições da cultura hacker na colabo-

⁴ Para uma discussão mais alentada, ver Christofolletti (2014).

ração entre públicos e profissionais, além do jornalismo de código aberto, que opta pela transparência com o leitor e expõe aspectos de apuração da matéria.

Esse último tópico também está presente na ética do *slow journalism*, um movimento com origem nos protestos do *slow food*, nos anos 1990, contra a cultura *fast-food*. O “jornalismo lento” não se trata apenas de uma crítica quanto aos efeitos da velocidade na prática jornalística. Além de ser um contraponto temporal, o movimento engloba também um conjunto de princípios: mostrar ao leitor a procedência de toda informação publicada e como ela foi obtida; creditar todas as fontes; ser claro sobre a utilização de materiais de agências ou assessorias; *linkar* documentos e pesquisas que levaram à forma final da notícia (LE MASURIER, 2014). Remetendo à transparência preconizada pelos *hackers*, o *slow journalism* também ecoa valores da ética blogueira, como correção, precisão, pluralidade e independência (CHRISTOFOLETTI, 2011a). Um exemplo materializado desse *slow journalism* está na revista britânica *Delayed Gratification*⁵.

Desse modo, podemos considerar que existe uma aproximação mínima entre valores de amadores – considerando que, a rigor, blogueiros e *hackers* não são jornalistas – e a ética do jornalismo. Por outro lado, se considerarmos a ética das virtudes que mencionamos anteriormente, devemos ter mais cautela. Entender o jornalismo como uma prática, nos termos de MacIntyre e Borden, implica prezar por padrões de excelência. Defender essa posição não significa resguardar uma “pureza” ética alcançada somente por profissionais, mas manter e preservar critérios mínimos que avaliem a conduta de quem está engajado em atos de jornalismo.

Em alguns casos, valores podem se aproximar, como já citamos; em outros, há a possibilidade de uma colisão frontal de princípios; por fim, a ética pode ser repensada a partir de parâmetros que não afrontam, mas também não encontram lugar nos cânones jornalísticos. A seguir, traremos alguns exemplos para ilustrar esse debate.

3. Aproximações, choques e distanciamentos

Após se demitir de um emprego em Wall Street, o ex-bancário Chris Arnade passou a fotografar pessoas em situação de miséria, especialmente as do bairro Bronx.

⁵ Disponível em <bit.ly/1s4oZ56> Acesso em 30 jul 2016.

As imagens são postadas com certa regularidade no *The Guardian*⁶ e em sua página no Facebook⁷. Arnade, no entanto, tem sido acusado de explorar seus fotografados, pagá-los para que comprem drogas e clicá-los somente quando estão alterados, sob algum efeito. Apesar da qualidade estética das fotos, jornalistas e fotógrafos profissionais têm condenado sua conduta ética, alegando que ela humilha e estereotipa quem vive à margem da sociedade. Em entrevista, Arnade explica que constroi uma relação de confiança com as pessoas que fotografa, e defende-se: “não sou um jornalista. Eu não tento verificar, apenas escuto”⁸. Pensando em uma ética para amadores, Warden (2015) critica posições semelhantes a de Arnade: não basta termos uma “moralidade geral” e “subjetiva”; é necessário que se criem bases éticas específicas para não-jornalistas.

Em uma pesquisa conduzida por Mortensen (2014) com fotojornalistas norte-americanos profissionais e amadores, os resultados indicaram que cidadãos são céticos em relação à ética dos profissionais. Estes, por sua vez, dão grande importância à ética como um valor que os separa dos amadores. A respeito de sua autopercepção, cidadãos se enxergam como pessoas mais éticas do que fotojornalistas. O que fica claro tanto no exemplo de Arnade como no de Mortensen é a frequente disputa no âmbito ético – não há menção a aspectos técnicos e relativos à qualidade da foto, por exemplo.

No dia 6 de julho de 2016, a norte-americana Diamond Reynolds fez uma transmissão ao vivo através do Facebook Live, mostrando o estado de saúde de seu namorado após ser alvejado por policiais. A morte de Philando Castile aconteceu em tempo real e já foi assistida por mais de cinco milhões de pessoas. O vídeo chegou a ser retirado momentaneamente do ar – seja pelo próprio Facebook ou por ter recebido denúncias de usuários –, mas logo retornou e ainda está disponível na rede social⁹. Após o ocorrido, Reynolds disse em entrevista¹⁰ que tinha a intenção de viralizar sua transmissão como forma de denunciar o abuso policial e a violência contra negros.

Na *Columbia Journalism Review*, David Uberti denominou o episódio como um “novo capítulo para o jornalismo cidadão”¹¹. O professor Dan Gillmor escreveu em seu

⁶ Disponível em <bit.ly/2anFiXd> Acesso em 31 jul 2016.

⁷ Disponível em <bit.ly/2adHgXa> Acesso em 31 jul 2016.

⁸ Disponível em <bit.ly/29nmud0> Acesso em 31 jul 2016.

⁹ Para assistir: <bit.ly/2aleO29>. Acesso em 31 jul 2016.

¹⁰ Disponível em <lat.ms/29EIW1B>. Acesso em 31 jul 2016.

¹¹ Disponível em <bit.ly/29SHvbd>. Acesso em 31 jul 2016.

blog que o ato de Reynolds é um misto de testemunho, ativismo e jornalismo¹². O texto também lança uma série de questões sobre responsabilidades em situações semelhantes. Devemos filmar todo e qualquer comportamento suspeito que testemunharmos? Gillmor sugere que assim como Reynolds – que no momento de sua transmissão transformou-se em repórter –, todos devem ser usuários ativos da mídia para consumi-la criticamente.

A peculiaridade desse acontecimento está no fato de que foi hospedado em uma rede social de uma empresa não-jornalística. Que postura ética deve ser cobrada? O Facebook, ainda assim, toma decisões quase editoriais, ao decidir sobre conteúdos que podem ou não entrar na plataforma.

Ao contrário de Gillmor, a professora Emily Bell¹³ não vê com tanto entusiasmo as transmissões ao vivo nas plataformas sociais: “sempre que uma atrocidade violenta é cometida e enviada ao Facebook, por mais que suas ações sejam automáticas, são carregadas de significado”. O frenesi causado pelo vídeo de Reynolds também é explicado pela pesquisadora: “a mídia tradicional tem nossos próprios dilemas particulares, na medida em que criamos a audiência para um teatro de terror ou de política”. Assim como Sullivan, Bell também chama atenção para o papel confortável do Facebook em não se declarar um *publisher*, ainda que aja como tal.

Há, também, iniciativas que buscam capacitar produções amadoras a fim de torná-las eticamente responsáveis, como é o caso da ONG Witness. Desde 1992, atua em diversos países na promoção dos direitos humanos. Sob o lema *see it, film it, change it* - veja, filme, mude -, a rede denuncia casos de violência policial através do vídeo e trabalha colaborativamente com coletivos jurídicos (Advogados Ativistas, por exemplo) e mídias independentes (A Nova Democracia, Papo Reto) do Rio de Janeiro¹⁴.

Para além da capacitação técnica que ensina a manusear câmeras e filmadoras, o site de WITNESS contém documentos que concernem ao aspecto ético das práticas¹⁵. Tutoriais ressaltam, por exemplo, boas maneiras para conduzir entrevistas, situações em que é permitido filmar e a obrigatoriedade de obter um consentimento formal do entre-

¹² Disponível em <bit.ly/2a96wm4>. Acesso em 31 jul 2016.

¹³ Disponível em: <bit.ly/2aK42I0>. Acesso em 31 jul 2016.

¹⁴ Disponível em: <bit.ly/2aGPVXc>. Acesso em 31 jul 2016.

¹⁵ Disponível em: <bit.ly/2aIQ9KV>. Acesso em 31 jul 2016.

vistado. Há também dicas específicas sobre coberturas de protestos e filmagem de violência policial.

Parece pertinente considerarmos que, através de um treinamento, WITNESS pode formar pessoas potencialmente virtuosas e aptas a exercer a prática do jornalismo, exatamente no sentido de MacIntyre (2001) – o *telos* parece claramente direcionado a um projeto comum e a busca de um bem interno ao jornalismo relaciona-se com seu papel de vigilância e fiscalização. A preocupação em atingir padrões de excelência também está lá, por meio de cuidados éticos que transcendem o mero ato de filmar.

No contexto brasileiro, até a primeira década do século, três barreiras ajudavam a conformar o jornalismo como profissão: jurídica, técnica e ética. Por décadas e até junho de 2009, só poderia exercer a profissão quem portasse registro obtido a partir de diploma de nível superior. A regulamentação profissional era o marco jurídico que estabelecia uma cancela, separando amadores dos jornalistas efetivos. Esta barreira jurídica caiu quando o Supremo Tribunal Federal decidiu rechaçar o dispositivo da obrigatoriedade do diploma. A segunda barreira era a técnica. Isto é, faziam jornalismo aqueles sujeitos que estavam imersos num contexto de produção profissional rotineiro e suportado por equipamentos, sistemas e plantas industriais do tipo. A popularização de computadores, câmeras, impressoras, telefones celulares e gravadores; a descentralização de arquivos e a facilitação de acesso a fontes primárias de informação; a oferta de sistemas facilitadores de produção e difusão digital de conteúdos, combinados, tiraram a primazia dos jornalistas em informar e perfuraram (mortalmente?) o casco da indústria do setor. Não foi à toa que Anderson, Bell & Shirky (2013) começam a análise do contexto norte-americano equilibrados na noção de “jornalismo pós-industrial”.

Vencidas as duas barreiras anteriores – a jurídica e a técnica -, parece restar uma última linha de defesa do jornalismo, a ética. Daí a necessidade de retornarmos aos debates que enfrentam valores, virtudes e dilemas, para além das normatividades impostas nos códigos deontológicos.

Ao trazermos exemplos de teóricos que repensam a ética jornalística para englobar também amadores, podemos entrar em uma aparente contradição. Se é precisamente este o ponto que diferencia profissionais de não-jornalistas, por quê alargar a linha que os separa?

Trata-se, na verdade, de responsabilidades diferentes, conforme esclarecem Couldry (2010) e Ward (2015). Suas abordagens não são deontológicas, mas neoaristotélicas, baseadas na ética das virtudes. Não se trata também de cobrar um dever-ser do jornalismo para amadores, mas de chamá-los à discussão para repensar uma ética com a finalidade de um bem comum, concretizando um *telos* de “florescimento humano”. A premissa de Couldry é que produção e consumo de mídia estão se tornando parte de um mesmo *continuum* de experiências, o que sugere que um debate sobre a ética não deve operar mais apenas internamente¹⁶.

Ao mesmo tempo, utilizamos a abordagem virtuosa para ressaltar a importância da ética no jornalismo. Enquanto prática, o jornalismo preza por padrões de excelência que necessitam atingir bens internos e, para isso, são exigidas as virtudes. Entendido como uma atividade intelectual, o jornalismo está compromissado com o que se convencionou chamar de verdade e possui uma responsabilidade epistêmica (BORDEN, 2007; POPESCU, 2013).

Com a entrada irreversível de cada vez mais atores *cometendo* atos de jornalismo, a ética jornalística tende a se tornar mais porosa com o tempo, seja influenciada por novos valores, seja ela adotada por não-jornalistas. De qualquer forma, se o jornalismo ainda deseja se firmar como uma prática orientada a um *telos*, é ela, a ética, que sustentará as bases para que seu discurso seja percebido como credível e legítimo. E que seja aceito como plausível, útil e relevante para as sociedades a que se dirigem.

Referências

ADAM, G. S.; CRAFT, S.; COHEN, E. D. Three essays on journalism and virtue. **Journal of Mass Media Ethics**, Philadelphia, PA, v. 19, n. 3/4, p. 247-275, 2004.

ANDERSON, C. W.; BELL, E.; SHIRKY, C. Jornalismo Pós-Industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, abril-junho de 2013, pp. 30-89.

BIVINS, T. The language of virtue: what can we learn from early journalism codes of ethics? In: WYATT, W (ed.). **The ethics of journalism**: individual, institucional and cultural influences. London: I. B. Tauris, 2014.

¹⁶ Shirky (2011) oferece um panorama mais radical ainda. Sua concepção é a de que a mídia é hoje o tecido conjuntivo da sociedade, aquilo que material, imaginária e simbolicamente nos conecta.

BORDEN, S. **Journalism as practice**: MacIntyre, Virtue Ethics and the Press. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2007.

CAMPONEZ, C. Entre verdade e respeito: por uma ética do cuidado no jornalismo. **Comunicação e Sociedade**, vol. 25, 2014, pp. 110 – 123.

CHRISTIANS, C. The ethics of universal being. In: WARD, S.; WASSERMAN, H. **Media Ethics Beyond Borders**: a global perspective. New York/London: Routledge, 2010.

CHRISTOFOLETTI, R. Confluências entre a ética hacker e a deontologia jornalística nas redes sociais. In: LAGO, C. (org.). **JRE Online**. São Paulo: IAMCR, v. 1, p. 49-68, 2011a.

CHRISTOFOLETTI, R. O caso do Brasil: valores, códigos de ética e novos regramentos para o jornalismo nas redes sociais. **Cuadernos de Información** - Facultad de Comunicaciones (Impresa), v. 29, p. 25-34, 2011b.

CHRISTOFOLETTI, R. Para uma abordagem virtuosa do jornalismo. **Em Questão** (UFRGS. Impresso), v. 18, p. 93-107, 2012.

CHRISTOFOLETTI, R. Preocupações éticas no jornalismo feito por não-jornalistas. **Comunicação e Sociedade**, vol. 25, 2014, pp. 267 – 277.

COULDRY, N. Media ethics: towards a framework for media producers and media consumers. In: WARD, S.; WASSERMAN, H. **Media Ethics Beyond Borders**: a global perspective. New York/London: Routledge, 2010.

FEDERAL COMMUNICATIONS COMMISSION. **The Information Needs Communities**. The changing media landscape in a broadband age. Edited by Steven Waldman and Working Group. Federal Communications Commission, July 2011.

FOLETTI, L. Hackear o jornalismo: pistas para entender o jornalismo no século XXI. **Leituras do Jornalismo**, v. 2, p. 64-84, 2014.

HERMIDA, A. & THURMAN, N. A clash of cultures: The integration of user-generated content within professional journalistic frameworks at British newspaper websites. **Journalism Practice**, 2: 3, 2008: 343-356.

HERRSCHER, R. A Universal code of journalism ethics: problems, limitations, and proposals. **Journal of Mass Media Ethics**, Philadelphia, PA, v.17, n.4, p. 277-289, 2002.

HIMANEN, Pekka. **La ética del hacker y el espíritu de la era de la información**. Tradução de Ferran Meler Ortí. Barcelona: Destino, 2002.

KARAM, F.; CHRISTOFOLETTI, R. Fundamentos jornalísticos para novos cenários éticos da informação. In: **Jornalismo Contemporâneo**: figurações, impasses e perspectivas. SILVA, G. *et al* (orgs.). Edufba/Compós, Salvador/Brasília, 2011.

LE MASURIER, M. What is slow journalism?. **Journalism Practice**, 9:2, 138-152, 2014.

- MACINTYRE, A. **Depois da virtude**: um estudo em teoria moral. Bauru: Edusc, 2001.
- MORTENSEN, T. Comparing the ethics of citizen photojournalists and professional photojournalists: a coorientational study. **Journal of Mass Media Ethics**: exploring questions of media morality, v. 29, n. 1, p. 19-37, 2014.
- POPESCU, V. Bloggers, journalists and epistemic responsibility. A particular type of self-regulation in the Romanian online media. **II International Conference on Media Ethics**, School of Communication, University of Seville. 3-5 April, 2013.
- QUINN, A. Moral virtues for journalists. **Journal of Mass Media Ethics**: exploring questions of media morality, v. 22, n.2-3, p. 168-186, 2007.
- ROSEN, J. **The People Formerly Known as the Audience**. 27 de junho de 2006. Disponível em <bit.ly/1IRMPfs>. Acesso em 19 fev 2016.
- SHIRKY, C. **A cultura da participação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- SILVA, L. M. da; PAULINO, F. O.. Por que os observatórios não observam "boas práticas"? In: Christofletti, R.; Motta, L. G. (Org.). **Observatórios de mídia**: Olhares da cidadania. 1ed.São Paulo: Paulus, 2008, v. 1, p. 1-230.
- SINGER, J. Sem medo do futuro: ética do jornalismo, inovação e um apelo à flexibilidade. **Comunicação e Sociedade**, v. 25, p. 49/67-66/82, 2014.
- STEARNS, J. **Acts of journalism**: defining press freedom in the digital age. Disponível em <<http://bit.ly/2aEZnt8>> Acesso em 29 jul 2016.
- STEINER, L.; OKRUSCH, C.M. Care as virtue for journalists. **Journal of Mass Media Ethics**, Philadelphia, PA, v. 21, n. 2/3, p. 102-122, 2005.
- STRENTZ, H. Universal ethical standards? **Journal of Mass Media Ethics**, Philadelphia, PA, v. 17, n. 4, p. 263-276, 2002.
- VANACKER, B.; BRESLIN, J. Ethics of care: more than just another tool to bash the media? **Journal of Mass Media Ethics**, Philadelphia, PA , v. 21, n. 2/3, p.196-214, 2005.
- WARD, S. **Radical media ethics**: a global approach. Wiley Blackwell, 2015.